

## *Ainda somos os mesmos? Ensinamentos e aprendizados sobre a Democracia Representativa em grupos familiares da classe trabalhadora*<sup>1</sup>.

Fernanda Agostinho Gama – UNIFESP (EFLCH)

A democracia é uma forma de organização das relações políticas no Estado nação. Pensar a democracia é pensar sobre como o Estado estabelece instituições de representatividade e representação para o ordenamento da vida social.

Algumas definições do verbo representar podem ser: 1) ser a imagem, o símbolo, a reprodução de ser a imagem, o símbolo, a reprodução de; 2) substituir, estar no lugar de; fazer as vezes de. (Ferreira, 2010, p. 658)

Podemos reduzir a ideia de viver em um Estado nação com um governo democrático de direito à definição de direito à liberdade de escolha de representantes e de expressão para demonstração de insatisfação com suas atuações. Se ampliarmos um pouco esta definição, podemos chegar ao direito de organização para construção de demandas para serem apresentadas aos representantes, esperando que estes atuem em acordo com a necessidade popular. E em uma conceituação bastante abrangente em um país com um Estado organizado em uma democracia ampla, uma vivência política com a presença de formas de incidência da participação popular na tomada de decisões, e de espaços de verificação da atuação dos representantes e instâncias do Estado que garantam consultas frequentes às opiniões e níveis de satisfação popular sobre a atuação do governo<sup>2</sup>. (Rosenfield, 1998)

Mas, ao tentar compreender as formas como um povo elege e participa da democracia representativa, bastaria compreender conceitos e definição de funcionamento de instâncias do Estado?

Qualificar o conhecimento acerca das formas de apropriação e atuação popular na escolha da representação democrática em um país pode ser feita através de análise sociológica e histórica (constância da substituição de governantes através de processo eleitoral com garantia de participação e controle social, alternância de partidos,

---

<sup>1</sup> "Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)"

<sup>2</sup> Desenvolvo nestas definições apenas a relação de representação em uma democracia. É sabido que há compreensões não só acadêmicas, mas desenvolvidas em movimentos sociais e diferentes intelectualidades de coletividades populares que consideram relações sociais democráticas para além da representatividade e que envolvem processos educacionais, ações para uma sociedade justa e pacífica, a garantia universal e de qualidade de direitos com equiparação de condições de existência digna para todos os sujeitos.

diversidade de representatividade, liberdade de organização política em movimentos sociais, estabilidade de organizações de controle social e liberdade de expressão) ou ainda de dados estatísticos (número de votantes por eleições, quantidade de sindicatos, partidos e movimentos sociais, proporcionalidade entre grupos chamados de minoria e representatividade, adesão à fóruns, conselhos e demais espaços de debate de políticas públicas, índices de satisfação e reconhecimento das instituições do Estado). Mas, não só.

Ainda que da forma mais restrita a ideia de democracia seja a definição de forma de sucessão e funcionamento de governos e de forma mais ampla a organização das relações sociais coletivas, há outros saberes sobre democracia que são para além do conhecimento teórico acadêmico e institucional. Existem saberes paralelos ou dispersos erigidos pelos corpos produto e produtores das relações democráticas, aqueles que se organizam em massa e caminham por horas a fio e em voz unívoca gritam suas insatisfações, os que carregam camisetas com número e nomenclatura de candidatos recebidas em forma de dádiva no trabalho ofertado, no regalo ou ainda na firmação de esperança na eficácia daquela candidatura<sup>3</sup>, corpos que ultrapassam os desgastes do trabalho para se embrenhar em árduas batalhas em redes sociais defendendo seus ideais e grupos políticos. São estes os corpos que quebram vidraças de bancos ou do STF acreditando que só o poder e a ação popular podem transformar a realidade.

Conhecer como parte da população organiza e significa suas vivências para gerar um repertório de saberes que não só subsidiam as atuações nos procedimentos oficiais da democracia, mas criam definições e corporificam o sentido de democrático possibilita entender e registrar a heterogeneidade de significações das relações sociais produzidas pelos grupos e sujeitos ainda que reproduzindo as ações. Quando questionamos singularmente os sujeitos, podemos apreender a diferença que o voto tem para o sucessor na linhagem de latifundiários produtores de café e a para a filha da doméstica, neta da mulher indígena “pega a laço”. Ainda que a ação seja a mesma, ainda que cheguem a votar nos mesmos candidatos, os ensejos do que uma participação democrática garante ou garantirá em suas vidas, justificam o sair de casa para votar e a escolha do candidato, se configuram de saberes de mundo diferentes.

O mesmo se faz quando analisamos as disposições para uma intervenção física em um ato como a quebra de uma vidraça. Considerando que esta ação pode chegar a ter a mesma finalidade de atacar os considerados poderosos, a qual grupo é nomeado de

---

<sup>3</sup> Para um aprofundamento teórico da relação entre voto e formas de significação ver em Moacir Palmeira, 1996. Antropologia, voto e representação política.

poderosos, o reconhecimento dos grupos de pertencimento e os processos históricos reconhecidos como motivadores para considerar que apenas uma ação de revolta pode alterar a história criam disparidades de significação que não possibilitam unificar em uma análise simplificadora que enfoque somente a ação contra o material.

Em contraposição ao olhar homogeneizante de comportamentos e relações sociais, a antropologia oferece o reconhecimento de significações que possibilitam ao sujeito absorver as formas da ação aprendidas no coletivo, desenvolver subsídio de significado particular e reproduzi-las de formas singularizadas, equilibrando a ação coletiva e o sentido distintivo. No caleidoscópio formado por estes sentidos distintivos podemos enxergar a complexificação social das ações cotidianas. Os sujeitos são, então, compreendidos no liame produto, produtor e reproduzidor da sociedade.

Lila Abu-Lughob, em sua pesquisa sobre rituais de casamento em uma comunidade beduína no Egito, reflete a relação entre as ações singulares e as forças sociais e como a antropologia possibilita o reconhecimento dessa intrínseca relação:

Aquela surra e aquela fuga, eventos ocorridos no tempo, tornam-se parte da história daquela família, dos indivíduos envolvidos e de seus relacionamentos. Nessa sequência de acontecimentos numa família particular, no ano de 1987, podemos identificar o que chamamos de “forças maiores” que possibilitaram o ocorrido, coisas como as oportunidades crescentes de trabalho assalariado, a comercialização de casamentos beduínos e o influxo de bens desde as cidades. Entretanto, por tais “forças” encarnarem tão-somente nas ações de indivíduos vivendo no tempo e no espaço, etnografias do particular são capazes de melhor captá-las. (Abu-Lughob, 2018, p. 213)

Realizar uma pesquisa antropológica é lançar o corpo em meio ao movimento de outros corpos, é causar e receber as ressonâncias deste movimento. Uma relação entre subjetividades, tanto as observadas entre sujeitos pesquisados, quanto a própria relação pesquisador e pesquisado.

Tim Ingold apresenta o trabalho antropológico como um processo de se educar, apreender como funciona o mundo para os outros para então transforma-se a partir do que foi aprendido (Ingold, 2016, p. 407). O autor cita seu trabalho com Palsson, afirmando que os seres humanos “humanam” suas vivências, enquanto devires que se mantêm em movimento, que estão em ação de correspondência produzindo intersubjetividades entre humanos, com outras formas de vida e com objetos (Ingold, 2016, p. 408). Mas, este aprender e transformar-se a partir do contato com e nestas intersubjetividades, não é apenas um empirismo relacional. A utilização do método antropológico requer conhecimento metodológico e reflexão aprofundada do pesquisador.

Ingold aponta que:

Pois, aquilo que se pode chamar de “etnograficidade” não é intrínseca aos encontros; é, antes, um julgamento lançado sobre esses encontros que transforma retrospectivamente o aprendizado, a memorização e as anotações que eles propiciam em pretextos para outra coisa. Esse propósito ulterior, invisível para as pessoas que você secretamente entende enquanto informantes, é documental. É isso que converte sua experiência, sua memória e suas notas em material – algumas vezes entendido de modo cientificista enquanto “dados” – no qual você espera poder se apoiar posteriormente durante o projeto de oferecer uma descrição. (Ingold, 2016, p. 406)

Por tanto, o trabalho antropológico se dá no estabelecer relação com outro e suas relações, mas não só. O procedimento metodológico exige definição de estratégias de registros e observação e um repertório teórico que subsidie a formas de estar e compreender as relações pesquisadas.

Buscando refletir sobre os desafios trazidos para execução de etnografias durante o isolamento social resultante da pandemia nos anos 2020 e 2021, Alexandre Barbosa Pereira propõe um Antimanual Etnográfico. Mais do que formular um material diretivo para o trabalho etnográfico, Pereira demonstra a complexidade de se fazer etnografia, as dificuldades enquanto método de pesquisa qualitativa que não pode estar presa ao rigor de uma instrumentalização metodológica e não pode estar à deriva do conviver e conversar sem relação com as teorias sociais. Sendo assim, ele propõe:

o que quero defender aqui é que a etnografia exige um equilíbrio bastante frágil entre desapego a uma rigidez metodológica e um profundo rigor intelectual, que se engaja em uma forma bastante particular, nunca definida de antemão, mas construída em campo, de interagir com um objeto de pesquisa que é da mesma natureza do pesquisador. (Pereira, 2022, p. 325)

A definição de métodos antropológicos para realização de pesquisa se dá quando se reconhece que grupos humanos não estão apenas reproduzindo mecanicamente suas ações, eles estão movimentando os sentidos destas ações. Estes sentidos estão sendo apreendidos, disputados e transformados nestas reproduções, optar por tentar registrar e interpretar estes sentidos é também estar em campo para os apreender e decidir por disputar e transformar estes sentidos.

Devido a amplitude e maleabilidade, definir como estar, com quem e como registrar um processo de pesquisa que se estabelece a partir de relações humanas, exige intensa e extensa reflexão para antropólogos que estão levando suas produções a sério, uma vez que o campo se constitui em estabelecer relações de intersubjetividade.

O campo de pesquisa torna-se também mais um campo de relações para o pesquisador, assim como, para o grupo pesquisado, o pesquisador passa a ser mais um sujeito em seu conjunto de relações. Esta afirmação pode fazer parecer que o chegar e estar em campo é apenas buscar conviver e registrar uma convivência, mas não apenas. O estar em campo e o exercício de interpretá-lo, é um exercício de aguçada percepção e constante reflexão do entorno e de si. Tal exercício demanda um rigor intelectual apresentando como imprescindível por Alexandre Pereira (2022) que vai garantir vivenciar as sutilezas e imprevisibilidades trazidas pelas relações humanas, mas, estar atento para quais destas são os fios de liames de seu objeto de pesquisa e quais os tecidos entremeados.

Junto com outras diversas imposições de estruturas sociais, a democracia representativa é mais uma imposição resultante do processo de invasão que resultou nos países colonizados. Ainda que no Brasil o estabelecimento de governos representativos suceda o processo nomeado como Independência, seguir modelos de organização social é resultante da colonização que impôs aos demais povos a ideia de que os modelos europeus são os ideais de sociedade (Quinjano, 2005). Tendo este modelo de organização política se solidificado como o melhor modelo político por ter em sua propaganda a inerência da liberdade e igualdade entre os compatriotas, pouco se produz de imaginário sobre outros formatos políticos. Sendo assim, democracia está no ideário popular como algo tão naturalmente superior e uma condição social imutável, que as pessoas acreditam não parar para pensar em seus cotidianos sobre ela.

Decidir por um método antropológico que aborde saberes populares sobre a democracia, envolve ter que construir com os interlocutores o questionamento se eles realmente não pensam sobre a democracia, partindo da consideração de que sendo uma constituição das relações sociais e políticas, todos os sujeitos inseridos na obrigatoriedade de votar elaboram suas teorias sobre a democracia representativa, e as negociam com as gerações anteriores e posteriores. Marcio Goldman em seu livro resultante de uma etnografia realizada em Ilhéus sobre o envolvimento de povos de terreiro e dos blocos afros nas eleições municipais aponta que:

Foi Moacir Palmeira quem chamou a atenção para o fato de que uma investigação antropológica da política em nossa própria sociedade deve, necessariamente, levar em conta a multiplicidade de concepções e significados de que se reveste o termo. Isso não significa, é claro que basta sustentar o caráter polissêmico de “política” para que nossos problemas se resolvam. Seria preciso compreender essa polissemia em um sentido mais sociológico ou sociopolítico e reconhecer que diferentes concepções de política estão sempre

em coexistência, interpretando-se e opondo-se em um espaço social hierarquizado. (Goldman, 2006, p. 120)

Se a democracia representativa se pauta na decisão popular através do voto, não é nela que se encerra seu funcionamento e, sobre as relações que derivam e a produzem, Goldman também afirma que “Nas eleições e na “política” há muito mais do que política: há poderes, subjetividades e agências, elementos que uma antropologia da política não pode deixar de lado” (Goldman, 2006, p. 259). O autor apresenta qualificada descrição de como os sujeitos reconhecem seus campos de influência, se posicionam e dispõem sua capilaridade para atuar a favor das candidaturas que apoiam como trabalho ou por identificação. O período eleitoral concentra ações, mas não delimita que seja o único período de atuação e reflexão política para os sujeitos que não trabalham ou atuam politicamente.

Se o tempo de falar e pensar sobre política não está restrito ao período eleitoral, quando e como, mas principalmente se a democracia aparece nas relações cotidianas, foram questões que emergiram na decisão do método e campo de pesquisa.

“Dona de casa também faz política” neste formato ou em alguma derivação, esta afirmação circula por diferentes espaços que discutem a participação popular na política. Sem abranger toda amplitude de significados que o “fazer política” pode abarcar, me detendo a relação eleitoral e participação através do voto, esta afirmação contempla um dos axiomas da democracia representativa, votar é participação política, mas a abstenção eleitoral também é, se interessar pelo funcionamento do Estado das relações de poder presentes na sociedade é participação política, mas o distanciamento e o desinteresse político também são. Não há sujeito apolítico na democracia representativa, o nível de influência e impacto de cada sujeito se dá em diferentes níveis para diferentes contextos, mas todos estamos atravessados pela organização política da sociedade em que vivemos.

Embora, quando pensamos sobre participação política imaginamos manifestações na rua ou em reuniões de qualquer porte<sup>4</sup>, um tanto da forma como se constitui a participação popular na democracia representativa se inicia e até se constitui ao longo das trajetórias. Em âmbito doméstico, os grupos familiares são os principais transmissores de valores políticos iniciais, e ainda que haja transformações de seus posicionamentos na juventude e vida adulta, os sujeitos tendem a manter integral ou parcialmente os valores

---

<sup>4</sup> Estas interpretações têm se alterado a partir da ampliação de uso da internet, mas este é um dos temas a ser melhor desenvolvido ao longo do trabalho.

políticos apresentados por sua família. (Tomiozaki, 2010; Carvalho-Silva, Silva & Tomiozaki, 2017)

“Humanar” (Ingold, 2016) relações cria vias de comunicação que não estão limitadas apenas ao verbal, a subjetividade permeia o corpo e as possibilidades de ser e estar dos sujeitos. Diferentes formas de silêncio ou de exclusão sobre um tema também podem ser interpretadas como uma intersubjetividade que produz repertórios sobre ele.

Se muito dos comportamentos políticos são transmitidos nas relações familiares, uma pesquisa junto a estes grupos pode garantir captar as subjetividades e agências apontadas por Goldman que escapam às análises de macro relações. Como aponta Abu-Lughob as “forças maiores” (Abu-Lughod, 2018) se encarnam nos sujeitos, e é através da utilização de uma metodologia que se volte para o particular que podemos compreender que estas forças maiores estão produzindo e como estão sendo (re)produzidas no cotidiano.

Bernard Manin, um dos autores da contemporaneidade com uma das mais aprofundadas produções teóricas sobre Democracia representativa, oferta através de seu arcabouço de pesquisa sociológico e histórico, a estruturação reflexiva e institucional da Democracia Representativa desde sua concepção nas sociedades gregas até as atuais transformações que acompanham o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e das participações populares na Europa, e afirma que ainda que a Democracia Representativa seja um processo de produção de elites que serão aquelas que estarão em concorrência aos cargos políticos, ainda podemos afirmar que a legitimidade da representação na Democracia Representativa se sustenta na ideia de que o sufrágio universal e o multipartidarismo garantem que o povo tenha como escolher representantes que vão embasar suas ações a partir das demandas dos grupos que os elegeram (Manin, 2008). Embora nomeado como universal, o sufrágio, direito de determinados grupos a participação eleitoral, está definido pela normatividade e atravessamentos de poder que excluem um conjunto amplo grupos. Propiciando a experiência de voto a parcela da população. Dentre estes vários grupos excluídos da participação eleitoral, estão as crianças.

Partindo da premissa de que a democracia representativa organiza as relações político institucionais em um Estado Nação garantido a liberdade e a igualdade de participação e representação através da institucionalidade que é processo eleitoral, estabelecer como objeto de pesquisa como a transmissão de saberes sobre a democracia chega até as crianças, como grupo pesquisado, as gerações diretas de grupos familiares e

campo espacial, os lugares de convivência destes grupos, é lidar com nível de dupla exclusão previstos nesta premissa: as crianças não precisam se preocupar com a política, pois não votam, a política é de foro coletivo e racional, não é para ocupar o espaço cotidiano, reservado e afetivo que representam os espaços de convivência de familiar.

Trabalhar com a ideia de gerações requer compreender que sujeitos em diferentes momentos da vida tem experiências e saberes não definidos diretamente pela passagem quantitativa de tempo, modificações orgânicas ou ainda pela contemporaneidade histórica, a forma de apreender e interpretar vivências está relacionada com as temporalidades dos corpos, mas os corpos não vivenciam as mesmas realidades sociais ao mesmo tempo. Ainda que o contexto social seja uma experiência coletiva, a forma como ele atravessa cada corpo está relacionado tanto com a produção social destes corpos quanto das experiências singularizadas em seus grupos de convivência.

Karl Mannheim, autor referência das discussões sobre geração, aponta que. para a sociologia, a compreensão de geração pode ser um *problema* quando esta é utilizada como um fator biologizante e homogeneizante. Para a caracterização de um grupo utilizando a compreensão de geração, é necessário conjugar a delimitação do compartilhamento de período cronológico com experiências singulares que formam a subjetividade (Mannheim, 1982).

Weller (2010), ao comentar Mannheim sobre o conceito de geração, aponta que:

De acordo com Mannheim, não basta haver nascido em uma mesma época, ser jovem, adulto ou velho nesse período. O que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. (Weller, 2010, p. 212)

Ao mobilizar a compreensão de geração para a pesquisa, proponho subverter o processo de olhar os sujeitos generalizados como resultantes do momento histórico compartilhado, mas reconhecer, em suas narrativas, o que é imanente na compreensão destes sujeitos sobre sua vivência de geração. Assim, ainda que tenham vivido processos políticos comuns, é possível compreender que cada sujeito terá uma formulação singularizada de como vivenciar aquele momento político que afetou sua trajetória singular, mas, também, qual construção de significado de agente histórico no momento coletivo vivido, e a partir destas formulações como pode ter ocorrido a transmissão de ensinamentos sobre democracia naquele momento.



Uma vez selecionada uma metodologia antropológica como forma de relação com os grupos pesquisados e de interpretação dos dados em coleta, era necessário definir entre as diferentes técnicas que compõe a metodologia, uma forma de instrumentalização das práticas. Avaliando como um campo possível de estabelecimento de intersubjetividades apreensíveis na espontaneidade da convivência, a definição por uma etnografia que conciliasse o uso de entrevistas gravadas e uma participação observante, pareceu bastante potente, e linhas diferentes de abordagem para adultos<sup>5</sup> e crianças foram estabelecidos.

Considerando as demandas de pesquisas com crianças, como aponta Adriana Friedman, ao ouvir as crianças é preciso ultrapassar a “ilusão do conhecimento prévio” para reaprender os elementos sociais que as crianças estão descobrindo e reinventando (Friedmann, 2020, p. 213). A autora aponta, ainda, que é necessário desenvolver uma pesquisa que utilize recursos para trabalhar com o espontâneo, o não linear e o lúdico, considerando construir junto às crianças as ferramentas que garantam sua contribuição na pesquisa. Um primeiro questionário foi elaborado, e a proposta inicial se daria entre acompanhar estes grupos em momento de convivência, verificando tanto se temas sobre o processo democrático representativo são abordados na presença das crianças e se estas são incluídas nas conversas, quanto as formas que as crianças são incluídas nas tomadas de decisão familiar e sobre si no cotidiano.

Quanto aos adultos durante o período de estabelecimento do campo de pesquisa, foi planejado a utilização de um questionário para apreensão de ideário restrito, registro de memória e seguimento com a participação observante.

Marilyn Strathern define como “Momento Etnográfico” (2017) um fato que desperta atenção do antropólogo e faz emergir a sugestão que o fato não se encerra nele, mas que a significações e processos podem ser aprofundados em uma pesquisa etnográfica. Meu momento etnográfico ocorreu durante os meses anteriores à eleição de 2022 com as turmas de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II de um colégio na região central de Mogi das Cruzes frequentado por filhos classe trabalhadora com diversidade de renda, uma vez que o colégio foi criado para atender os filhos dos trabalhadores do clube e da universidade que ocupam o terreno onde o colégio está localizado e devido à sua localização acaba por acolher crianças e adolescentes de um condomínio próximo com variedade de torres onde moram famílias com diversificada faixa de renda. Neste

---

<sup>5</sup> Considero entre adultos as gerações compostas por pessoas com mais de 18 anos, porém, como apontado na reflexão sobre o trabalho com geração, grupos etários possuem diferentes produções de subjetividade e ao longo do texto apresento a forma como lidarei com a desagregação destes grupos.

processo, estabelecemos uma prática de conversas informais entre os momentos de atividade, uma vez que as crianças apresentavam uma alta demanda de falar sobre suas descobertas sobre o processo eleitoral e suas formulações sobre os candidatos mais proeminentes enquanto a direção escolar e os responsáveis dos alunos impunham vigilância e proibição da abordagem do tema, justificando que a educação política deve ser de responsabilidade familiar. Destacou-se, para mim, o engajamento das crianças em desenvolver posicionamento sobre a eleição, mas também como precisaram desenhar os próprios caminhos<sup>6</sup> para elaborar estes seus posicionamentos. Com a passagem do temor de impedimento de ocorrência do processo eleitoral e o fim do ano letivo, resgatei um conteúdo bibliográfico utilizado anteriormente para trabalho com crianças e adolescentes sobre o funcionamento da democracia representativa para verificar como e se estes trabalhos apresentavam as formas que as crianças acessavam saberes sobre a democracia representativa.

A ocorrência da tentativa de golpe do 8 janeiro de 2023 e a reação de meu grupo familiar, a memória do processo vivido com as crianças em 2022, me levaram a considerar a necessidade de contribuir, teoricamente, para o arcabouço que estava revisitando ou descobrindo durante as férias e, então, desenvolvi o projeto de pesquisa.

Ao construir o projeto, me deparei com circunstâncias que poderiam dificultar a realização do campo de pesquisa e a apreensão de ideário esperado:

Estabelecer um grupo de crianças com: participantes o suficiente para produzir uma composição mínima diversa; conseguir estar com estas crianças em tempo hábil para a pesquisa; e que estas crianças conseguissem ofertar as informações aprofundadas sobre seus grupos familiares.

Diante este cenário e a importância do registro da memória familiar para atingir os processos esperados, decidi por realizar a pesquisa com grupos familiares que tivessem crianças entre 9 e 11 anos, tentando abranger variação de condições socioeconômicas<sup>7</sup>, raciais e de gênero.

Considerando que as famílias tendem a proteger suas crianças, e falar sobre política com crianças é visto com desconfiança para brasileiros, a realização da pesquisa no espaço de convívio do grupo seria o ideal. Ao decidir por uma observação participante,

---

<sup>6</sup> Os conteúdos de internet, principalmente aqueles produzidos por artistas e influenciadores na demonstração de seu cotidiano eram usados como principal fonte de embasamento.

<sup>7</sup> Como será explorado posteriormente, as famílias escolhidas para realização da pesquisa compõem a classe trabalhadora com variação entre a classe trabalhadora pobre e média.

a realização do trabalho de campo, demandaria permanência e extensão, a proximidade com o período do processo seletivo e início da pesquisa me apontou a necessidade de que os grupos pesquisados fossem próximos e se mostrassem predispostos a contribuição.

Selecionei pessoas do meu convívio por considerar que o vínculo garantiria estar em campo e poder observar convivências a qual minha presença, ainda que não como integrante, tivesse pouca alteração no funcionamento de suas relações.

Mas o campo, enquanto espaço “humanado” (Ingold, 2016), se configura pela impermanência e imprevisibilidade, e exige a capacidade de desapego metodológico e rigor intelectual (Pereira, 2022). Após as ações iniciais de estabelecimento do campo de pesquisa, em minhas visitas passou a prevalecer um momento ritualístico familiar bastante comum nas relações cotidianas “as conversas de adulto”, momentos estes que se configuram ou pela exclusão objetiva, retirada das crianças do espaço, ou subjetiva: a presença das crianças é ignorada e sua tentativa de participação na conversa costuma ser censurada. Ainda que tenha proposto a permanência ou realize a abertura do diálogo para as crianças, o processo é tão presente que precisará ser considerado dado a ser explorado na interpretação para a produção textual. Quanto a relação direta com as crianças, a proposta de diálogos gravados costuma interessá-las e estão dispostas a contribuir desde que haja espaço para abertura para as próprias propostas de temas e formatos da conversa.

Percebi, no desenrolar das *conversas de adulto* que principalmente para os idosos, o compartilhamento de suas histórias de vida, é algo valoroso, meus interlocutores cuidam de suas memórias e gostam quando as pessoas se interessem por elas. Como havia sido esperado, os momentos políticos vão sendo embrenhados a experiências da vida cotidiana e apresentando caminhos para as interpretações a serem realizadas no trabalho de escrita. Assim, as entrevistas ganharam destaque e a ideia de permanecer junto aos meus interlocutores para observar a convivência declinou, o que transformou tanto a forma como meus interlocutores se relacionam comigo, quanto alteraram o curso metodológico da pesquisa.

Na reflexão sobre sua produção etnográfica, Strathern afirma que o campo e a escrita estão em fluidez e permeação (Strathern, O efeito etnográfico, 2017, p. 346), e o rearranjo das formas de estar em campo me direcionou para o questionamento sobre como realizaria a interpretação dos dados que estão em produção.

“No limite, a definição de como será uma boa etnografia depende da interação das biografias de quem pesquisa com as biografias das pessoas pesquisadas, e isso tanto em um contexto de pandemia, como em qualquer outro contexto” (Pereira, 2022, p. 311). A

biografia de meus interlocutores tomou um espaço para além do corporificado e das nossas relações estabelecidas, mas um outro elemento intersubjetivo emergiu na pesquisa de campo. Enquanto o entrelaçamento da biografia e momentos históricos foram se desvelando como o esperado, a forma como meus interlocutores organizam este narrar trouxe o inesperado, as suas narrativas biográficas se tornaram a forma de mediação deles para comigo. Buscando não me distanciar das perspectivas etnográficas, mas com a demanda de trabalhar com outra instrumentalização que não a observação participante, defini o caminho da pesquisa para os métodos que focam na biografia dos sujeitos pesquisados:

É possível buscar uma compreensão científica sobre os saberes que os sujeitos constroem nas narrativas biográficas. Trata-se, pois, de compreender a experiência do Outro e aprender com ela. E, nesse sentido, construir um conhecimento entre os saberes que envolva distintas “racionalidades”, tanto dos biografados como o do autor. (Gussi, 2008, p. 7)

Gussi realiza um trabalho de pesquisa com interface entre a antropologia e educação, utilizando como ponto de inflexão a ideia de experiência, seguindo uma problematização epistêmica sobre as relações de aprendizado e intersubjetividade dadas no processo da dualidade experiência vivida e narrada, e que tanto o viver se dá na construção intersubjetiva com o outro, como o narrar e o ouvir uma experiência também, logo, a conexão entre alteridade e educação é a forma de empreender um trabalho com narrativas biográficas (Gussi, 2008, p. 3).

Todo experienciar é pautado em viver e toda narrativa é um reviver que passa pelo próprio narrar, optar por qual e como narrar cada experiência é uma construção estratégica em que a experiência vai sendo reformulada em sua discursividade.

“O improvisado, a parole, a narração, em vez de tomados como discursividade neutra, assumem o papel de pura agência, na medida em que criam e agregam novos significados ao mundo e às coisas ao mesmo tempo em que transformam aqueles que constroem a narrativa etnográfica, seja o antropólogo, seja seus personagens etnográficos.”. (Gonçalves, Marques, & Cardoso, 2012, p. 11)

A narrativa biográfica de meus interlocutores passa a ser considerada também como uma intersubjetividade, elemento para as interpretações a serem realizadas na fluidez permeada entre campo e produção textual. Optar pela Etnobiografia enquanto ferramenta metodológica não está focada na narração de fatos sequenciais da vida do sujeito ou do desencadeamento de experiências, mas no processo do como, a partir das experiências vivenciadas, os sujeitos passam a constituir personagens-pessoas. Assim, a

narrativa da própria história demanda a apresentação dos cenários, contextos e relações que constituem a experiência singular.

É no encaixar de elementos adjacentes em que a narrativa biográfica conta sobre o sujeito e não só as forças mediadas entre sujeitos e contextos vão emergindo quando atentando para o conteúdo e a forma desta narrativa. Mas, considerando um processo etnográfico, nem só o conteúdo, nem só a forma, são materiais suficientes de trabalho, as condições que vão sendo colocadas para o narrar acontecer, também se constitui como elemento de interpretação para o pesquisador. No meu processo de pesquisa, compreender o valor dado ao narrar a própria história que meus interlocutores apresentam, é atentar para o que o espaço tempo criado a partir da lógica *conversa de adulto* diz das relações vivenciadas e reproduzidas na relação com as crianças. Logo, contar sobre quais condições os meus interlocutores criaram para contar sobre a própria história é material etnográfico.

No lugar de tratar a narrativa como distinta de práticas sociais ‘concretas’, a etnobiografia recusa a separação entre discurso, linguagem e experiência, insistindo na qualidade produtiva do discurso. Da mesma forma, o conceito de etnobiografia afeta necessariamente não só o modo como tratamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas. Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico. (Gonçalves, Marques, Cardoso, 2012, p. 10)

Um conjunto de trabalhos que se voltam para compreender a narrativa biográfica como elemento etnográfico, passaram a nomear esta prática como Etnobiografia e têm apresentado produções que contribuí para o arcabouço teórico estratégico de desenvolvimento de pesquisas baseadas nesta metodologia.

A etnobiografia possibilita interpretações dos liames entre indivíduo, sociedade, condições materiais e imateriais presentes nas relações sociais e produtoras das intersubjetividades. O cineasta argentino Jorge Prelorán mobiliza o termo para definir como seus filmes buscam apresentar personagens que são protagonistas das próprias histórias, mas estas são indissociáveis das realidades em que se desenvolvem. Sobre esta mobilização, citando como MacDougall define o trabalho de Prelorán, Gonçalves afirma:

Prelorán pensava etnobiografia como uma forma de dar voz aos grupos marginalizados na sociedade Argentina. Seu trabalho encarnava o paradoxo da antropologia clássica no que concerne ao modo que se constitui a produção do conhecimento: ambicionava produzir uma visão de dentro a partir da perspectiva de um indivíduo situado naquela sociedade, porém enquadrado,

efetivamente, por uma perspectiva de alguém situado fora, a do cineasta. (Gonçalvez, 2012, p. 28).

A utilização da metodologia promove não só a relação intersubjetiva durante o campo de pesquisa, mas como verificar as ressonâncias do campo no pesquisador e no pesquisado, o que nos leva a reconhecer o limite binário colocado pelos estudos da sociologia clássica entre indivíduo e sociedade, biografia e história social. Desta forma, podemos reconhecer como as “forças maiores” (Abu-Lughod, 2018) produto de processos sociais passados, experiências vivenciadas estão sendo amalgamadas com as expectativas de futuro coletivo e singular numa produção de narrativa no presente.

Como meu interesse, ainda que biográfico, busca a conexão com processos de memória coletiva, na dimensão sócio-histórica enquanto construções relacionais coletivizadas, mas também na perspectiva de saber transgeracional familiar, optei pelas narrativas coletivizadas, ou seja, as entrevistas não ocorrem com apenas um membro da família, a solicitação é que as narrativas sejam realizadas diante o grupo e todos os participantes podem contribuir com a sua versão da memória. Neste processo, tenho podido verificar como as questões de ascendência e valoração de repertório e formação atravessam as relações familiares. Da mesma forma, memórias que são partilhadas e já transformadas pelo olhar do outro durante a narrativa. O ouvir estas narrativas, vai nos transformando a todos que estão implicados no processo. O ouvir é quando se aprende sobre o outro e é também quando se aprende com o outro, e tem sido recorrente em campo a descoberta de vivências não partilhadas entre os sujeitos de grupos familiares, assim como elaborações sobre as relações de força que atravessam a sociedade. A narrativa biográfica compartilhada no grupo familiar, é um narrar de si que tem transformado os “nós” do campo, eu e meus interlocutores, os grupos familiares dos meus interlocutores.

O trabalho de campo já tem sinalizado para a forma como meus interlocutores vivenciam as práticas de democracia política, entre estas vivências está a ideia de que a ideia de democracia suplanta a institucionalidade da representatividade e uma forma de se relacionar entre sujeitos tem sido apresentada como uma estância de organização das relações dos sujeitos quanto aos formatos de relacionar socialmente para meus interlocutores, ou seja, a democracia toma corpo nos sujeitos. Entre três dos meus interlocutores de gerações diferentes que tiveram vivências distintas acerca da garantia ao voto, à informação sobre política e de possibilidade de atuação, a valorização da participação política se diferencia, porém, a compreensão da democracia tende a se aproximar, como aparece nos relatos abaixo:

Para a primeira interlocutora, que passou a vivenciar a experiência de participação política nos anos 40 na área rural de uma pequena cidade do Ceará, “votar era uma festa, todos entravam na carroceria do caminhão e iam festejando até a área onde havia urnas disponíveis, só podia votar quem soubesse ler e escrever o próprio nome e tivesse documento, mais do que escolher um representante, votar era uma comprovação de que você era alguém que participava daquele evento tão importante”. Para esta interlocutora, a democracia possibilita que as pessoas com menor capacidade financeira participem do futuro do país e que a democracia por muito tempo uniu as pessoas. Depois de se mudarem para a periferia de São Paulo nos anos 70, ela e o marido, ainda que sem filiação no partido, militaram pelo Partido dos Trabalhadores em muitas eleições, pois, acreditavam que era este o partido que possibilitava a representação da classe trabalhadora pobre, uma vez, que eram os representantes do mesmo que estavam na periferia para ajudar nos problemas cotidianos. Segundo ela, o partido mais democrático que o Brasil já teve, pois, era possível falar com qualquer candidato ou representante do partido, afinal, eles também moravam em alguma periferia. Em suas palavras “depois que a eleição virou coisa de tv e agora no celular, você não vê ninguém do partido na vizinhança fora do tempo de eleição. As pessoas começaram a brigar por causa de política, e a eleição deixou de ser uma festa e virou algo feio e sem graça”. Para esta interlocutora, a democracia precisa ser ensinada como a festa popular de antigamente para que as crianças, e que é necessário haver alguma forma de ensinar sobre democracia sem influenciar na escolha da população para que esta aprenda a valorizar o voto e não brigue por causa de política.

O segundo interlocutor, passou a votar no fim dos anos 70, e neste período serviu às forças armadas obrigatoriamente. Ele afirma “que toda sua educação política aconteceu nas fileiras do quartel, uma vez, que os praças falavam mais de política do que de mulher. A preocupação em não falar de política em casa para não correr riscos, era a mesma que fazia com que se falasse de política o tempo todo entre militares. ” Segundo ele, a variação de posicionamento ia dos que defendiam a manutenção do governo civil militar, até aqueles que afirmavam que o treinamento militar seria útil na organização da revolução comunista. Ainda, que sob o risco de prisão e tortura, era vista como covarde quem não demonstrava formar opinião política. Para ele, ainda que em formato de segredo e com muito cuidado para não serem delatados, se criou um ambiente democrático em que a política era discutida constantemente, e isso forjou seu caráter democrático para defender a liberdade de escolha entre partidos políticos e sua atual posição contra

qualquer forma de golpe e retorno à uma democracia civil militar. Embora, nunca tenha se envolvido em qualquer atuação política diretamente, o interlocutor tem grande apreço por partidos considerados de esquerda e algumas figuras políticas. E ainda que concorde com existência do multipartidarismo, este interlocutor acredita que a democracia é um comportamento a ser ensinado que garante o respeito pela diversidade e a desnaturalização da desigualdade social, mas, que a o fazer política deveria ser visto como uma carreira profissional e que deveria ser exigido formação, comprovação de trajetória ilibada e carreira entre os cargos de representatividade para então concorrer aos três poderes. Para ele tanto o judiciário como para cargos de alto escalão militar, a escolha deveria ser realizada através de eleição. Ele considera que falta no Brasil, o ensino do funcionamento do Estado e da Democracia na escola e nos meios de comunicação. E que as organizações de esquerda têm que ser mais atuantes na educação política para formar bons candidatos e eleitores.

A terceira interlocutora a ser citada, nasceu nos anos 90, e embora tenha tirado o título de eleitor aos 18 anos, afirma ter votado em poucas eleições. Para ela, o governo não interfere tanto assim na vida das pessoas, embora a cada 4 anos apareçam candidatos prometendo regularizar as condições da ocupação em que mora, apenas um presidente mudou realmente a realidade das pessoas em situação de pobreza intensa, mas este mesmo presidente se envolveu em corrupção, ainda que ela acredite que ele fez isso para conseguir coisas para o povo. Quando questionada sobre os partidos, ela afirma “que partido é só pra se cadastrar pra eleição, não é? Quando a pessoa entra lá, ela tem liberdade pra agir como acha melhor, na política cada cabeça é o seu guia, por isso, precisa votar em que parece mais com nosso jeito, porque se for rico vai roubar pros ricos, mas se for pobre, simples, vai roubar, mas, vai fazer alguma coisa pelo povo. ” Questionada sobre como escolhe os candidatos quando vota, ela afirmou confiar no que parentes e amigos falam sobre o candidato de cargos do executivo e utiliza qualquer divulgação que encontra a caminho do local de votação para candidatos do legislativo. Sobre a democracia ela afirma não saber direito o que é democracia, mas que acredita ter relação com liberdade de expressão e de escolha de representantes, e que se democracia é o que ela pensa, ela é mais democrática que o governo, porque durante seu turno de trabalho numa barraca de comércio na porta de um serviço de convivência para pessoas em situação de rua, todo mundo fala o que pensa e ela não deixa ninguém desrespeitar ninguém, mas, que ela assiste todos os dias a repressão que a polícia faz com as pessoas que estão na região do centro de São Paulo, nomeada como Cracolândia, e que isso é ordenado pelo governo, e



agora que agora querem criar uma lei pra dizer o que pessoas podem falar na internet. Para ela democracia e política, não são a mesma coisa, e ambas devem ser ensinadas na escola por quem tem formação para isso.

As 3 entrevistas apresentam formas de compreensão e relação diferente sobre a democracia, e demonstram que as socializações interferem diretamente nestas formulações, e ainda que utilizem argumentos diferentes, os três apontam que a ausência de um formato de educação política, fragiliza as formas da população se relacionar com o processo eleitoral. É em comum para estes interlocutores que a democracia extrapola o Estado e as relações de alternância de governos, para estar presente tanto nas relações entre o Estado e o povo, quanto nas relações entre sujeitos, ao falar de democracia, estes sujeitos a tomam como uma característica que pode até ser utilizada como uma adjetivação singular.

Bernard Manin produziu uma extensa e profunda bibliografia sobre a Democracia Representativa, desde que esta se estabelece na Grécia, alternada entre sorteio e eleição, e posteriormente na modernidade concretizada como processo representativo eleitoral, passando pelos formatos de governo parlamentar e de partido e na atualidade arranjada em democracia do público, e ainda que muitos autores afirmem que há uma crise que pode ser a falência deste sistema, conforme o autor demonstra que a organização política através de governos representativos possui alta capacidade de adaptação aos moldes das novas relações sociais e do uso das tecnologias. No Brasil, a volatilidade da democracia, e a ausência de uma educação política estruturada, possibilita aos sujeitos desenvolverem formulações diversas sobre o que é democracia e as relações de escolha e funcionamento da representatividade, além de uma acentuação da democracia do público resultante do advento da internet, os interlocutores da pesquisa que tenho realizado, demonstram que a democracia ganhou o sentido de uma corporificação, sujeitos e relações interpessoais podem ou não ser democráticas, divergindo ou convergindo com o governo e os governantes eleitos por eles mesmos, sendo assim, um ideário multifacetado de democracia possibilita interpretações diversas das relações institucionais e tamanho contraste de interpretações viabiliza que grupos com capacidade de financiamento e planejamento, disseminem informações falsas que consubstanciem ações que inclusive atentem contra o funcionamento legítimo dos processos eleitorais e da normalidade das instituições representativas.

Embora, a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento e seja necessário aprofundar estas compreensões e desenvolver reflexão mais qualificada sobre o tema, considero que

que haver uma sinalização de que a transformação na democracia de público e as formas como os sujeitos compreendem a democracia e a si como sujeitos políticos pode estar em relação com o desenvolvimento de arranjos espalhados no ideário popular brasileiro que garantem acomodar a participação num golpe antidemocrático e a defesa da liberdade de expressão e a continuidade do funcionamento do Estado democrático de direito.

#### Bibliografia

- Abu-Lughod, L. (2018). A escrita contra a cultura. *Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social* v. 5 n 8, 193-226. doi:10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615
- Ferreira, M. B. (2010). *Mini Aurélio: O dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.
- Friedmann, A. (2020). *A vez e a voz das crianças*. São Paulo: Panda.
- Goldman, M. (2006). *Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- Gonçalves, M. A. (2012). Etnobiografia: biografia e etnografia. Em M. A. Gonçalves, R. Marques, & V. Z. Cardoso, *Etnobiografia: subjetivação e etnografia* (pp. 19-42). Rio de Janeiro: 7 letras.
- Gonçalves, M. A., Marques, R., & Cardoso, V. Z. (2012). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- Gussi, A. F. (01 de 01 de 2008). Reflexões sobre os usos de narrativas biográficas e suas implicações. *Trabalho apresentando na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia*, pp. 01-18. Fonte: Repositório UFC: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32507/1/2008\\_eve\\_afgussi.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32507/1/2008_eve_afgussi.pdf)
- Ingold, T. (2016). Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação* v. 39 n. 3, 404-411. doi:<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.3.21690>
- Manin, B. (1995). *As metamorfoses do Governo Representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp. 5-34.
- \_\_\_\_\_, B. (2006). Los principios del gobierno representativo. *Madrid: Alianza Editorial*.
- \_\_\_\_\_, B. (2013). *A democracia do Público reconsiderada*. Novos Estudos, nº 97, pp. 115-127.
- Mannheim, K. (1982). “O problema sociológico das gerações”. Em M. M. (org), *Karl Mannheim: Sociologia* (pp. 67-95). São Paulo: Ática.
- Pereira, A. B. (2022). Quando começa ou termina uma pesquisa? Em defesa de um antimanual de etnografia. *Revistas Pós Ciências Sociais* v. 19 n 2., 307-322. doi:10.18764/2236-9473v19n2

- Quinjano, A. (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Rodriguez, F. M. (2023). De los sistemas de gobierno representativo a la democracia: Bernard Manin en el Debate sobre la recuperación contemporánea del sorteo. *Historia Actual Online*, pp. 103-118. doi:<https://doi.org/10.36132/hao.v1i60.2349>
- Rosenfield, D. L. (1998). *O que é Democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Strathern, M. (2017). O efeito etnográfico. Em M. Strathern, *O efeito etnográfico* (pp. 345-405). São Paulo: Ubu.
- Strathern, M. (2017). Partes e todos: refigurando relações. Em M. Strathern, *O efeito etnográfico e outros ensaios* (pp. 241-262). São Paulo: Cosac Naif.
- Weller, W. J. (2010). *Minha voz é tudo o que eu tenho: Manifestações culturais em*. Belo Horizonte: UFMG.